

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

5º NUVIMEC

5º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação **GLÁUCIA BARBOSA RIZZO DA SILVA**

Número do processo: 0724420-71.2024.8.07.0016

Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: JAIR MESSIAS BOLSONARO, MICHELLE DE PAULA FIRMO REINALDO BOLSONARO

REU: LUIZ INACIO LULA DA SILVA

SENTENÇA

Trata-se de ação de conhecimento sob o rito especial estabelecido pela lei 9099/95 ajuizada por JAIR MESSIAS BOLSONARO em desfavor do LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA.

A parte autora alega, em síntese, que o atual Presidente da República, no mês de janeiro do ano de 2023 “gozando da facilidade de acesso aos canais de comunicação em razão de seu cargo de Presidente da República”, convocou amplamente a imprensa nacional para afirmar que os autores, ocupantes anteriores do Palácio da Alvorada, tinham “levado” e “sumido” com 83 móveis do Palácio da Alvorada, fatos que seriam inverídicos e que mancharam a reputação dos autores.

Acrescentam que, posteriormente, em março de 2024, o mobiliário foi localizado nas dependências da Presidência da República, conforme “Nota à Imprensa sobre Patrimônio das Residências Oficiais”, demonstrando que os bens não teriam sido extraviados.

Pede que o requerido se retrate pelos mesmos meios de comunicação que veiculou as notícias de extravio dos bens, bem como indenização por danos morais.

É o breve relatório. DECIDO.

Como é cediço, a propositura de qualquer ação requer a presença dos princípios processuais e as condições da ação, onde se destaca a legitimidade para a causa.

E, na hipótese dos autos, ao tratar sobre existência e conferência de móveis integrantes do acervo do Palácio da Alvorada, o requerido está sendo demandado por palavras proferidas na condição de mandatário de cargo eletivo federal

Nem poderia ser diferente, porque só o agente público teria acesso à conferência de tais bens – também públicos - e a possibilidade de sobre eles se manifestar, o que demonstra serem as alegações necessária e intrinsecamente ligadas ao exercício do cargo.



Número do documento: 24040210033718400000175341521

<https://pje.tjdft.jus.br/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24040210033718400000175341521>

Assinado eletronicamente por: GLAUCIA BARBOSA RIZZO DA SILVA - 02/04/2024 10:03:37

E, nessa condição, nos termos do disposto art. 37, § 6º, da Constituição Federal, o requerido apenas estaria legitimado a responder por eventuais danos causados por sua conduta, comissiva ou omissiva, em caso de ação regressiva movida pelo correspondente ente da administração ao qual ele se vincula.

Nesse sentido é a Jurisprudência do E. STF, quando do julgamento do Recurso Extraordinário n. 327.904-1 (voto do Ministro Carlos Ayres Britto):

o § 6º do artigo 37 da Magna Carta autoriza a proposição de que somente as pessoas jurídicas de direito público, ou as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos, é que poderão responder, objetivamente, pela reparação de danos a terceiros. (...) Esse mesmo dispositivo constitucional consagra, ainda, dupla garantia: uma, em favor do particular, possibilitando-lhe ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado que preste serviço público, dado que bem maior, praticamente certa, a possibilidade de pagamento do dano objetivamente sofrido. **Outra garantia, no entanto, em prol do servidor estatal, que somente responde objetivamente e civilmente perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional se vincular** (não existe grifo no original).

Na mesma linha vem decidindo este E. Tribunal de Justiça. Confira-se:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SERVIDOR PÚBLICO NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. 1. Nos termos do artigo 37, § 6º da Constituição Federal, são as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos que responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. 2. O dispositivo constitucional consagra dupla garantia: "uma, em favor do particular, possibilitando-lhe ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado que preste serviço público, dado que bem maior, praticamente certa, a possibilidade de pagamento do dano objetivamente sofrido. Outra garantia, no entanto, em prol do servidor estatal, que somente responde administrativa e civilmente perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional se vincular." (Precedente do STF: RE 327904/SP - Rel. Min. Carlos Britto - Primeira Turma - DJ 08/09/2006). 3. Se o dano foi causado por um servidor do Estado enquanto prestava o seu serviço, o Estado é que deverá indenizar o cidadão, afigurando-se a ilegitimidade do agente para figurar no pólo passivo da demanda que deve ser reservada ao Ente Público. 4. Acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada de ofício. Extinção do processo sem resolução de mérito. (Acórdão n. 602380, 20090110358303APC, Relator GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA, 3ª Turma Cível, julgado em 27/06/2012, DJ 18/07/2012 p. 108).

Assim, considerando que a suposta prática do ato diz respeito a bens públicos e que esta circunstância atrela as manifestações do requerido ao exercício do cargo reconhecido, de ofício, sua ilegitimidade passiva. Eventual pretensão de indenização e retratação deverá ser exercida em desfavor do Estado (União Federal).

Por fim, ainda que a parte fosse legítima, a presente demanda seria inadmissível em sede de Juizados Especiais Cíveis, tendo em vista o disposto no art. 5, parágrafo segundo, da Lei 13.188/2015, segundo o qual



o pedido de retratação formulado demanda ação de rito especial, incabível nesta sede, o que também está consignado no Enunciado número 8 do FONAJE (As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais).

Ante o exposto, reconhecendo a ilegitimidade passiva do requerido e a inadmissibilidade da via eleita, **JULGO EXTINTO** o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil e 51, II, da Lei 9099/95.

Sem custas e sem honorários de advogado (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

Cancele-se eventual audiência designada. Remetam-se os autos ao Juizado de origem.

Publique-se. Intime-se.

Dê-se baixa e arquivem-se os autos.

BRASÍLIA - DF, 2 de abril de 2024, às 09:49:41.

GLÁUCIA BARBOSA RIZZO DA SILVA
Juíza Coordenadora do CEJUSC JEC-BSB



Número do documento: 24040210033718400000175341521

<https://pje.tjdft.jus.br/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24040210033718400000175341521>

Assinado eletronicamente por: GLAUCIA BARBOSA RIZZO DA SILVA - 02/04/2024 10:03:37